Pendências Judiciais

ICM/ICMS

Associação Paulista de Municípios

Muitas municipalidades vêm mantendo contato com a APM para obter informações sobre a conflituosa situação das pendências judiciais relativas ao ICM/ICMS, notadamente aquelas referentes à forma de cálculo do "*valor adicionado*" ou "*valor acrescido*".

No sentido de responder as questões suscitadas, teceremos algumas considerações sobre o assunto, baseadas em informações fornecidas por técnicos e procuradores da Secretaria da Fazenda e em votos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, sobre a matéria:

a) A partir de 1986 o cálculo do ICM, hoje ICMS, teve novo tratamento, por força da Portaria CAT 6/86, notadamente quanto ao "*valor adicionado*", nas operações de importações realizadas no território do Município.

Sentindo-se lesados, pela nova sistemática de apuração desses valores, muitos Municípios entraram em juízo pleiteando outros valores referentes ao repasse do imposto. E, por considerarem inconstitucional a Portaria CAT 6/86.

b) A partir daquele momento, até os dias atuais, recursos e mais recursos têm sustentado a posição dos Municípios e da Secretaria da Fazenda, sendo que o Supremo Tribunal Federal já deu ganho de causa à Fazenda.

c) Em 16 de junho de 1993, a Associação Paulista de Municípios encaminhou ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando esclarecimentos sobre a retenção de parte do repasse do ICMS que vinha (e ainda vêm) sendo retido pela Secretaria da Fazenda, a título de "pendências judiciais".

Em resposta aquele ofício, o Sr. Dr. Braulio Antonio Leite - Coordenador da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda - CAT - informou, "verbis":

"....em várias decisões os Magistrados determinaram que a Secretaria da Fazenda depositasse os valores, que estavam sendo contestados, judicialmente. Seguindo tal orientação a Secretaria passou a efetuar os depósitos ordenados e também os valores referentes às ações subseqüentes sobre a matéria.

.....

.....

Devemos enfatizar que os valores não estão em poder do Estado, mas depositados em contas em nomes específicos dos Municípios que impetraram ações, no início das contestações, e após, em virtude do elevado número de feitos que ingressaram, em que (sic) conta genérica, porém, em nome de todos os Municípios contestantes."

d) Decisão administrativa da Fazenda, determinou que um "quantum" fosse retido de todos os Municípios, tendo eles ou não ingressado em juízo. Isto porque, ao alterar o valor de um Município, na arrecadação geral, alterar-se-ia, também, os valores relativos aos outros Municípios - o que originou o dito Fundo de Reserva. Essa é a posição que tem sido adotada pela Secretaria.

e) Por outro lado, quando uma sentença é favorável à Fazenda - como foi o caso de Cotia e São Bernardo do Campo - o valor relativo àquela pendência é recalculado e distribuído a todos os Municípios, respeitada a proporcionaldidade na arrecadação do imposto.

O valor é subtraído do Fundo de Reserva e repassado aos cofres públicos municipais. Repasse que é noticiado pelo Diário Oficial do Estado, quando executado.

f) Significa dizer que, todos os Municípios, têm direito a participar da distribuição do montante do Fundo quando um daqueles Municípios, que postulou junto ao judiciário, seja vencido no pleito, já que esses valores foram recolhidos na "Conta Genérica" e distribuidos proporcionalmente, inclusive ao Município sucumbente.

g) É por esta razão que a Fazenda tem sugerido a desistência das ações, para que se possa distribuir esses valores que, segundo técnicos da Secretaria, estão estimados em mais de 8 bilhões de dólares, resolvendo-se definitivamente a celeuma, que, até o momento, tem sido amparada pelo STF, e que sustenta a base da defesa formulada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Neste caso, indagamos: Os Municípios deveriam, então, desistir das ações?

Esta é uma questão delicada que merece uma análise mais profunda e ponderada.

Imaginemos, pois, as seguintes possibilidades:

1) O Município não desiste: Pouco há que se falar, porque o processo se encontra em curso, restando, simplesmente, o acompanhamento até decisão final, quando ou o Município será vencedor, recebendo o que pleiteou. Ou, se vencido, aqueles valores serão rateados com outros Municípios, na forma estabelecida pela Secretaria.

2) O Município desiste da discussão judicial: Ocorre o mesmo, no caso de o Município vir a ser derrotado, já que, da desistência isolada, percebe-se que os valores são parcos, pois, serão divididos entre todos. Todavia, no caso de desistência coletiva, esses valores acabam se tornando bem razoáveis, já que o todo acaba sendo dividido e distribuído de uma só vez, equivalendo a um mês a mais da arrecadação do repasse normal efetuado pelo Estado aos Municípios, além dos quase 5% que deixariam de ser retidos mensalmente, a título das pendências que já não existiriam.

Esta é uma perspectiva extra-oficial, que os técnicos da Fazenda nos ofereceram, quando perguntados sobre o montante a ser distribuído aos Municípios, se houvesse a desistência, ocorrendo um prazo de 3 meses para efeito de todos os cálculos referentes ao repasse.

A desistência conjunta carrega em sí esta vantagem. Do todo ser distribuído de uma só vez, aliada ainda ao volume do montante, uma vez que unidos, os Municípios se fortaleceriam para uma negociação com a Secretaria, a fim de estabelecer uma maneira eficiente na forma de rateio do fundo.

Dessa negociação é que se estabeleceriam, enfim, a viabilização dos trâmites legais, administrativos e financeiros, pertinentes à hipotética desistência.

Vê-se, pois, que são muitas as direções que podem ser seguidas, sendo notório que, se todos estiverem unidos com um único objetivo, a possibilidade de solução favorável a todos os envolvidos se tornará mais eficiente e segura.

Nossa opinião - absolutamente imparcial - diante do panorama apresentado pela Fazenda e face aos julgados existentes do STJ, conduz ao bom senso, ou seja: desistência conjunta. Uma, pelo fato de que processo deste tipo levar anos para ser extinto pelas vias normais; outra, por termos dois julgados do STF, contra a postulação municipal, o que acaba aumentando a expectativa de outros recursos virem a ser providos na mesma linha jurisprudencial; e, finalmente, porque são valores consideráveis.

Finalmente:

Este trabalho tem como escôpo apresentar a situação do ICM/ICMS em relação às pendências judiciais decorrentes do tratamento dado ao "*valor adicionado*".

Há a considerar, ainda, a situação de que vários Municípios estão recebendo propostas de escritórios de assessoria advocatícia, que se prontificam a postular em Juízo no sentido de reverter a posição da Fazenda no tocante a criação do Fundo de Reserva, alegando-se a incostitucionalidade daquelas retenções, além de outras irregularidades.

Estes Municípios têm feito indagações, se devem ou não se socorrerem deste expediente. Cabe-nos dizer que seria leviano de nossa parte responder negativa ou afirmativamente neste sentido, ficando a critério de cada Município escolher o seu próprio caminho.

Mas, sem querer fugir à responsabilidade de uma resposta às questões que neste sentido emergem, o que se pode afirmar é que, enquanto as ações persistirem a Secretaria da Fazenda se utilizará da força que tem para continuar se valendo dos mecanismos legais que até agora tem adotado.

Parece-nos que o Fundo de Reserva acaba sendo alimentado pelo próprio antídoto ou seja: as ações judiciais. É como se alimentassemos o vírus com a dose do remédio que tomamos para destruí-lo.

Talvez, em um outro momento, pudessemos repensar toda a sistemática acerca destas retenções, de sua natureza jurídica, e suscitar questões relativas à sua constitucionalidade. Por ora, nos ativemos à realidade conturbada que circunda um fato, apresentando-se, porém, uma outra possibilidade, qual seja, a velocidade do acordo, da diplomacia, em detrimento, da não menos digna, porém mais lenta, utilização da máquina judiciária.

Vale ainda ressaltar a situação daqueles causídicos que iniciaram os processos em curso, e que, vencedores, farão jús aos honorários, previstos em lei, e que, ao sucumbirem, perderão aquele direito.

Aqui, também, haveria necessidade de se firmar um pacto, uma vez que, se um acordo com a Fazenda for celebrado e, se o montante a ser depositado depender da desistência postulada, esta deveria ser estabelecida, mediante um acerto com os advogados que representam os Municípios.

Ainda, não há que se esquecer que os honorários do vencedor da lide, correm por conta dos Municípios sucumbentes (perdedores).

Neste sentido, é que se sugere um "pacto intermunicipal" com a Secretaria da Fazenda, para que se negocie estas situações e outras previsíveis, com a finalidade, repita-se, de que se viabilizem as ações para que se coloque um fim a esses debates judiciais, que, no fundo estão prejudicando as finanças municipais.

Pois bem.

Diante dos fatos apresentados torna-se redundante afirmar que, só cabe aos administradores locais, precípuamente aos litigantes, optarem por esta ou aquela direção. Caberá aos Prefeitos optarem por manter as ações e buscar a solução no Judiciário - e que venham sentenças a favor deles - ou, optar por uma perspectiva de solução administrativa para uma situação conflituosa e interminável.

A Associação Paulista de Municípios estará atenta ao problema e disposta a intermediar com a Fazenda um acordo que atenda aos interesses dos Municípios.

Wilson José - Presidente

Sérgio Baptista - Coordenador Técnico

Jean Carlos Daré - Integrante da Coordenadoria

DNPM nº 810.075/81

do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº .O.U. de 3.09.82, que autorizou a Com nerais-CPRM a pesquisar carvão, nos Mu do Rio Grande do Sul.

DNPM nº 810.076/81

do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº .O.U. de 17.08.82, que autorizou a Com nerais-CPRM a pesquisar carvão, nos Mu do Rio Grande do Sul.

DNPM nº 810.077/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.452, de 13.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, nos Municí io Grande do Sul.

DNPM nº 810.078/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.453 de 13.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, no Município Sul.

DNPM nº 810.079/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.655, de 23.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, no Município Sul.

DNPM nº 810.439/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.456 de 13.08.82, que autorizou a Companhia CP a pesquisar carvão, no Município Sul.

DNPM nº 810.440/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.659, de 23.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, no Município Sul.

DNPM nº 810.441/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.660 de 23.08.82, que autorizou a Compa rais-CPRM a pesquisar carvão, no Muni de do Sul.

DNPM nº 810.443/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.662, de 23.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, no Município Sul.

DNPM nº 810.444/81

, torno sem efeito o Alvará nº 3.457, de 13.08.82, que autorizou a Companhia CPRM a pesquisar carvão, no Mun io Su

DNPM nº 810.445/81

do DNPM, torno sem efeit D.U. de 23.08.82, que au erais-CPRM a pesquisar e do Sul.

DNPM nº

do DNPM, torno .U. de 03.02.8 rais-CPRM a p le São Paulo.

DNPM nº

torno sem efeito o 3.859, le 26.08.82, que autor. Companhia PRM a pesquisar turfa, Município

DNPM nº 850.458/81

torno sem efeito o Alvará nº 3.873, le 27.08.82, que autorizou a Companhia PRM a pesquisar minério de ouro, no ará,

DNPM nº 850.463/81

, torno sem efeito o Alvará nº 641, de 03.02.83, que autorizou a Companhia de a pesquisar minério de ouro, no Muni

DNPM nº 851.203/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.502, de 09.09.82, publicado no D.O.U. de 16.09.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar turfa, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

DNPM nº 851.210/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.815, de 16.09.82, publicado no D.O.U. de 22.09.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar turfa, no Município de Santarém, Estado do Pará.

DNPM nº851.212/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.656, de 14.09.82, publicado no D.O.U. de 20.09.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar turfa, no Município de Monte Alegre, Estado do Pará.

DNPM nº 851.213/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 3.957 de 23.08.82, publicado no D.O.U. de 30.08.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar turfa, no Município de Santarém, Estado do Pará.

DNPM nº 851.219/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.658 de 14.09.82, publicado no D.O.U. de 20.09.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar turfa, no Município de Porto de Moz, Estado do Pará.

CESAR CALS

(Of. nº 1.049/84)

DNPM nº 880.057/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 3.976, de 23.08.82, publicado no D.O.U. de 30.08.82, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar minério de ouro, no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Maranhão.

DNPM nº 880.266/81

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.458, de 05.10.83, publicado no D.O.U. de 13.10.83, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar minério de ouro, nos Municípios de Maués e Itaituba, Estados do Amazonas e Pará.

DNPM nº 850.392/82

Acolhendo proposta do DNPM, torno sem efeito o Alvará nº 4.127, de 12.09.83, publicado no D.O.U. de 20.09.83, que autorizou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM a pesquisar minério de ouro, no Município de Mazagão, Território Federal do Amapá.

(Of. nº 1.068/84)

CESAR CALS

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no Diário Oficial da União, de 23.5.84, Seção I, pág. 7332, Processo 850.575/83, Alvará 3790, onde se lê.... alvará 3890, leia-se - alvará 3790.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 15 de maio de 1984

Aprovo a reforma do Estatuto Social da Companhia ...rça e Luz do Oeste, deliberada na Assembléia Geral Extraordi... ...ária da referida Companhia, realizada em 31.10.83, conforme consta do processo nº 27100.001225/84-84.

... ARAÚJO PEREIRA.

(Nº 20.865 de 30-05-84 - Ord. ...)

Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade

PORTARIA Nº ..., DE ... DE AGOSTO DE 1983

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CONCESSÃO DE ÁGUAS E ELETRICIDADE, usando da atribuição que lhe confere o item III da Portaria nº 150, de 11 de novembro de 1977, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 700.224/76,

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão à Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim Ltda.- CERMM, sediada no Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, para executar as obras de transmissão e distribuição de energia elétrica destinada ao uso privativo de seus associados, localizados em zonas rurais dos Municípios de: Artur Nogueira, Conchal, Cosmópolis, Jaguariúna, Mogi-Mirim e Santo Antônio de Posse, referentes aos projetos "4º, 6º e 8º Planos", interligados através das TE's de Engenheiro Coelho, Município de Artur No

CHICO AMARAL
Dep. Federal
Compras: P. Cônego Cipião 1179 - CEP 13100 - CP 01027
Emplio: Gal. 577 - Anexo III - CEP 70160 - Congresso Fed.
PEL: SCN 302 - Bloco I - Art. 202 - CEP 70722

queira (planta nº 221-C), Fazenda Ouro Verde, Município de Santo Antônio de Posse (planta nº 251-B) e Fazenda Ribeirão, Município de Jaguariúna (planta nº 251-D); Itapira, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Jaguariúna, referentes aos projetos "4º, 5º, 6º e 8º Planos", ligados à TE de Conselheiro Laurindo (planta nº 222-A), no Município de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 62.655, de 03 de maio de 1968.

II - A permissão de que trata esta Portaria refere-se aos projetos, mencionados no item I, cujas especificações constam do Processo MME nº 700.224/76.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CESAR ROLAND DE MIRANDA FRANCO

(Nº 21.020 de 30-05-84 - Cr$ 65.000,00)

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Divisão de Fomento da Produção Mineral

ALVARÁ Nº 4.995, DE 25 DE MAIO DE 1984

O Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 56, item XIII, do Regimento aprovado pela Portaria 1451, de 20 de outubro de 1977, do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, e de acordo com a letra "d", do item I da Portaria nº 192, de 16 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1979, do Diretor-Geral do D.N.P.M.,

R E S O L V E :

Autorizar a Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfértil - Grupo Petrofértil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sociedade na qual, conforme Ata da Assembléia Geral Ordinária da sociedade, realizada em 26 de março de 1984, se transformou a Fertilizantes Fosfatados S/A - Fosfértil, autorizada a funcionar pelo Alvará nº 4.399, de 11 de outubro de 1982, a continuar funcionando como empresa de mineração. (DNPM nº 851.187/77).

(Nº 20.231 de 25-05-84 - Cr$ 35.000,00) MANOEL DA REDENÇÃO E SILVA

ALVARÁ Nº 4.996, DE 25 DE MAIO DE 1984

O Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 56, item XIII, do Regimento aprovado pela Portaria 1451, de 20 de outubro de 1977, do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, e de acordo com a letra "d", do item I da Portaria nº 192, de 16 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1979, do Diretor-Geral do D.N.P.M.,

R E S O L V E :

Autorizar a Goiás Fertilizantes S/A - Goiasfértil - Grupo Petrofértil, com sede na cidade de Catalão, Estado de Goiás, sociedade na qual, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária da sociedade, realizada em 30 de março de 1984, se transformou a Goiás Fertilizantes S/A - Goiasfértil, autorizada a funcionar pelo Alvará nº 3.260, de 22 de agosto de 1978, a continuar funcionando como empresa de mineração. (DNPM nº 960.517/78).

(Nº 20.232 de 25-05-84 - Cr$ 35.000,00) MANOEL DA REDENÇÃO E SILVA

ALVARÁ Nº 4.997, DE 25 DE MAIO DE 1984

O Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 56, item XIII, do Regimento aprovado pela Portaria 1451, de 20 de outubro de 1977, do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, e de acordo com a letra "d", do item I da Portaria nº 192, de 16 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1979, do Diretor-Geral do D.N.P.M.,

R E S O L V E :

Autorizar a Trading Mineração Ltda., constituída de ato arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob nº 13200108 230/84, com sede na cidade de Manaus, no referido Estado, a funcionar como empresa de mineração. (DNPM nº 980.239/84).

(Nº 20.173 de 22-05-84 - Cr$ 30.000,00) MANOEL DA REDENÇÃO E SILVA

ALVARÁ Nº 4.998, DE 29 DE MAIO DE 1984

O Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo nº 56, item XIII, do Regimento aprovado pela Portaria 1451, de 20 de outubro de 1977, do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, e de acordo com a letra "d", do item I da Portaria nº 192, de 16 de novembro de 1979, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1979, do Diretor-Geral do D.N.P.M.,

R E S O L V E :

ciedade, realizada em 6 de out
Amazônia Indústria de Produtos
nar pelo Alvará nº 4.589, de 2
nando como empresa de mineraçã

(Nº 20.533 de 25-05-84 - Cr$ 3

ALVARÁ Nº 4.999

O Diretor da Divis
uso das atribuições que l
do Regimento aprovado pel
1977, do Excelentíssimo S
de acordo com a letra "d"
de novembro de 1979, publ
20 de novembro de 1979, d

R E S O L V E :

Autorizar a Mineraç
quivado na Junta Comercial do
01/84, com sede na cidade de
cionar como empresa de minera

(Nº 19.799 de 09-05-84 - Cr$ 3

ALVARÁ Nº 5.000

O Diretor da Divis
uso das atribuições que l
do Regimento aprovado pel
1977, do Excelentíssimo S
de acordo com a letra "d"
de novembro de 1979, publ
20 de novembro de 1979, d

R E S O L V E :

Autorizar a ADH Mine
vado na Junta Comercial do Est
11/84, com sede na cidade de P
funcionar como empresa de mine

(Nº 20.152 de 22-05-84 - Cr$ 3

ALVARÁ Nº 5.001

O Diretor da Divis
uso das atribuições que l
do Regimento aprovado pel
1977, do Excelentíssimo S
de acordo com a letra "d"
de novembro de 1979, publ
20 de novembro de 1979, d

R E S O L V E :

Autorizar a Mogimine
constituída de ato arquivado n
Paulo, sob nº 35202836958/84 e
na cidade de Mogi das Cruzes,
empresa de mineração. (DNPM n

(Nº 20.208 de 28-05-84 - Cr$ 3

ALVARÁ Nº 5.002

O Diretor da Divis
uso das atribuições que l
do Regimento aprovado pel
1977, do Excelentíssimo S
de acordo com a letra "d"
de novembro de 1979, publ
20 de novembro de 1979, d

R E S O L V E :

Autorizar a Mineral
tuída de ato arquivado na Junt
do Norte, sob nº 24200046535/8
Dix-Sept-Rosado, no referido E
neração. (DNPM nº 940.464/84).

(Nº 20.325 de 02-05-84 - Cr$

ALVARÁ Nº 5.0

O Diretor da Div
uso das atribuições que l
do Regimento aprovado pel
1977, do Excelentíssimo S
de acordo com a letra "d"
de novembro de 1979, publ
20 de novembro de 1979, d

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
01/22
Número Rubrica

ESTATUTO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE MOGI MIRIM LTDA.

Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 10/11/1974.

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SÉDE, FÔRO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º - A Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim - Ltda., com a Sigla CERMM, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas Leis e Disposições em vigor tendo:

a) Séde e administração em Mogi Mirim, municipio e Fôro de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.

b) Área de ação, para efeito de admissão de novos associados circunscritos aos municipios de MOGI MIRIM, MOGI GUAÇU, ITAPIRA, PINHAL, AGUAÍ, ARTHUR NOGUEIRA, CONCHAL, COSMÓPOLIS, JAGUARIUNA, PEDREIRA, SANTO ANTONIO DE POSSE E LIMEIRA.

c) Prazo de duração - tempo indeterminado.

d) Ano Social, coincidindo com o ano civil de 1º de Janeiro, até 31 de Dezembro de cada ano.

CAPITULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Cooperativa tem por objeto na colaboração recíproca de seus associados, promover sempre o desenvolvimento sócio técnico e econômico na sua área de ação, através de geração própria ou adquirida, ao fornecimento de energia elétrica, em baixa ou alta tensão, bem como promover a Telefonia Rural sob formas variadas, principalmente aos seus associados, mediante emprego de - técnicas avançadas, e de racionalização, incentivando a implantação de indústrias rurais e de formação de núcleos rurais de produção.

§ 1º - Para consecução de seus objetivos, com referência a Eletrificação Rural, a Cooperativa poderá:

a) Construir, operar e montar geradores próprios de energia - elétrica, ou na aquisição de terceiros, de acordo com suas necessidades e suas disponibilidades, mesmos crediticias, - para suprir sua área de ação, desde que obediente as Leis.

b) Adquirir por compra ou cessão de direitos, energia elétrica para distribuir no meio rural de sua área de ação, quer em baixa ou alta tensão.

02/22 Número / Rubrica

c) Operar na concessão de serviços elétricos rurais, ou pequenos núcleos, nos termos das Leis em vigôr, auxiliando a Reforma Agrária e aplicando todos os incentivos possíveis para elevar a classe rural.

d) Transformar e distribuir energia elétrica tanto para consumo domiciliar quanto para a utilização nas atividades Agro-Pecuárias, extrativas e de indústrias, na zona rural, reconhecidas pelo INCRA.

e) Construir, manter e explorar linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

f) Financiar, observadas as prescrições legais, com recursos próprios ou de terceiros, a instalação de rêdes, linhas, ramais, subestações, cabines, disjuntores, religadores e outros acessórios.

g) Contratar com Órgãos Especializados oficiais ou não, a operação e manutenção de suas linhas e rêdes de distribuição, inclusive ramais e acessórios bem como os serviços de cobrança, leitura, faturamento e outros que se fizerem necessários de energia elétrica, sempre se aplicando os benefícios previstos nas Portarias de Tarifas do Ministério de Minas e Energia = M.M.E.=

h) Adquirir pelos meios legais, com recursos próprios ou de terceiros, Veículos, Munks e Aparelhagem de Testes e Medição e Acessórios.

i) Conservar as Linhas e Equipamentos do Sistema Elétrico em que opere, reformá-los ou mesmo ampliá-los, diretamente ou através de Convênios com Órgãos Oficiais ou não.

j) Montar Oficinas de Reparações, consêrtos e montagem de equipamentos Elétricos para seu uso e de suus Cooperados.

k) Tratar Postes, Morões e outros apetrechos de acôrdo com normas técnicas especializadas e de sua necessidade.

l) Atender, prioritariamente aos seus associados, e, excepcionalmente poderes públicos ou terceiros, com os quais estabelecerá convênios ou contratos, atendo sempre aos dispositivos Legais.

§ 2º - Para atender os seus objetivos, com referência à Telefonia Rural a Cooperativa poderá:

a) Adquirir, construir, instalar, operar e manter equipamentos materiais e serviços necessários à implantação e expansão -

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
03/22
Número Rubrica

de sistema de Telefonia.

b) Assinar contrato de tráfego mútuo com a Concessionária de Serviço Telefônico, onde o sistema próprio se interligará ao Sistema Nacional de Telecomunicações.

c) Assinar Contratos ou Convênios com outras Concessionárias de Serviços Telefônicos, objetivando melhoria na qualidade ou racionalização dos serviços.

§ 3º - Para atender, ainda, os seus objetivos, quanto à Eletrificação - ou Telefonia Rural, a Cooperativa poderá:

a) Financiar, observadas as condições legais, com recursos próprios ou de terceiros, a instalação de Centrais, Rêdes de cabos, equipamentos eletrônicos e acessórios.

b) Fornecer aos associados aparelhos e materiais elétricos, equipamentos, aparelhos eletrodomésticos ou máquinas agrícolas - elétricas, de irrigação, bombas, aspersores e acessórios, aparelhos e acessórios de serviços telefônicos para uso doméstico, profissional e industrial.

c) Fornecer bens e serviços a não associados, desde que atenda - aos objetivos sociais e esteja de acôrdo com a legislação Cooperativista.

§ 4º - A Cooperativa poderá ainda:

a) Adquirir, nas fontes próprias e por atacado, todo o material - elétrico, eletrodoméstico, eletrorural, máquinas e instrumentos de trabalho e demais implementos necessários às atividades domésticas, profissional e empresarial de seus associados podendo ainda estender suas operações à aquisição de insumos de emprêgo na agro-pecuária.

b) Prestar por si ou mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, assistência técnica, educacional e social aos seus associados e respectivos familiares, e , bem assim aos seus próprios empregados.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderão associar-se à Cooperativa todas as pessoas físicas e jurídicas estabelecidas ou residentes na área de operações, que desenvolvam principalmente atividades agrícolas, pécuárias, ou extrativas, em terras de sua propriedade, arrendadas, de parceria, ou ocupadas por processos legítimos e demais pessoas que se loca

04/22 Número Rubrica

linem na respectiva área, concordem com o presente Estatuto e - não se dediquem a atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

§ 1º - No ato de admissão os candidatos comprovarão a legitimidade de seus direitos sôbre o imóvel.

§ 2º - O número de associados é ilimitado quanto ao máximo não podendo porém, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o candidato preencherá a proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, assinando-a juntamente com dois associados proponentes.

§ Único - Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pelo Conselho de Administração, o candidato e o Presidente da Cooperativa assinarão o Livro de Matrícula.

Art. 5º - Cumprido o que dispõe o Artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes de Lei deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 6º - O associado tem direito a:

a) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, com as restrições do Art. 30 deste Estatuto;

b) Propor ao Conselho de Administração ou as Assembléias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;

c) Ser eleito para qualquer cargo do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal, exceto no caso previsto no § 5º do Artigo 30 deste Estatuto;

d) Efetuar com a Cooperativa as operações que constituam objeto desta;

e) Solicitar, por escrito, qualquer informação sobre os negócios da Cooperativa, podendo ainda, dentro do mês que antecede a Assembléia Geral Ordinária, consultar na Séde Social o Balanço Geral e Livros;

f) Examinar, em qualquer tempo, na Séde Social, os Registros - constantes do Livro de Matrícula.

Art. 7º - O associado se obriga a:

a) Subscrever e realizar quotas partes de capital nos termos - deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;

b) Cumprir disposições da Lei, do Estatuto e deliberações tomadas pela Cooperativa;

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
05/22
Número
Rubrica

c) Satisfazer, pontualmente, os seus compromissos para com a Cooperativa;

d) Pagar sua parte nas perdas apuradas em Balanço, na proporção das operações que houver realizado com a Cooperativa se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;

e) Prestar à Cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades relacionadas com a utilização de energia elétrica e comunicação;

f) Zelar pelo Patrimônio moral e material da Cooperativa, colocando os interesses da coletividade acima dos seus interesses individuais.

Art. 8º - O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas partes de capital que subscreveu, e o montante das sobras e perdas que lhe caibam proporcionalmente aos KVAs ligados durante o exercício financeiro, perdurando, essa responsabilidade para os demitidos, eliminados ou excluidos até quando forem aprovados pela Assembléia Geral as Contas do Exercício em que se deu a retirada.

§ Único - A responsabilidade do associado somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa.

Art. 9º - As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

§ Único - Os herdeiros do associado falecido tem direito ao capital realizado e demais créditos que lhe caibam, ficando-lhes assegurado o ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições previstas neste Estatuto.

Art.10º - As prescrições estabelecidas nos Artigos 8º e 9º deste Estatuto se aplicam às obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, solidariamente com e em benefício do associado e correspondente ao financiamento das rêdes, linhas, ramais ou acessórios a que participe.

Art.11º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, observadas as condições deste Estatuto, dar-se-á unicamente a seu pedido, e será requerida ao presidente, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho de Administração em sua primeira Reunião e averbada no Livro de Matricula mediante têrmo assinado pelo Presidente.

Art. 12º - Além de outros motivos, o Conselho de Administração é obrigado a eliminar o associado que:

a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial a Cooperativa, ou que colida com seus objetivos;

b) Houver praticado atos desonrosos ou que o desabonem ou à Sociedade no conceito público;

c) Deixar de cumprir as normas fixadas para a distribuição da energia elétrica ou praticar abusos ou fraudes na sua utilização;

d) Houver compelido a Cooperativa a atos judiciais para obter satisfação das obrigações por débitos próprios ou por ele - garantidos;

e) Deixar pelo prazo de 90 (noventa)dias concecutivos de satisfazer os compromissos para com a Cooperativa o que implicará no desmonte das linhas e retirada dos ramais instalados correndo as respectivas despesas por conta daquele a - que eles tenha dado causa.

Art. 13º - A eliminação será decidida pelo Conselho de Administração, cujo motivo que a ocasionou será lavrado no Livro de Matrícula e assinado pelo Presidente.

§ 1º - Cópia autêntica do têrmo de eliminação será remetida ao associado, dentro de 30 dias.

§ 2º - O Associado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) - dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira Assembléia Geral.

Art. 14º - A exclusão do associado será feita:

a) por dissolução da pessoa jurídica;

b) por morte da pessoa física;

c) por incapacidade civil não suprida;

d) deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso - ou permanência na Cooperativa.

Art. 15º - A qualidade de associado, para o demitido, eliminado ou excluido, sòmente termina na data da aprovação, por Assembléia, do Balanço de Contas do ano em que ocorreu a retirada.

Art. 16º - A demissão, eliminação ou exclusão do associado não o exime do cumprimento das obrigações que lhe caibam nos investimentos para a construção da rêde, linhas, ramais ou acessórios de que - participe.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
07/22
Número Rubrica

Art. 17º - No caso de venda da propriedade, os direitos, obrigações e - quotas passam a pertencer ao comprador; desde que ambos assinem o Livro de Matrícula da Cooperativa, na mesma época em - que for lavrada a respectiva escritura definitiva ou de compromisso do imóvel.

CAPITULO IV
DO CAPITAL SOCIAL

Art. 18º - O Capital Social da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo variando conforme o número de quotas partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior à Cr$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros).

§ 1º - O Capital é dividido em quotas partes no valor de Cr$ 1,00 - (Hum cruzeiros) cada uma.

§ 2º - A quota parte é indivisível, intransferível a não associados, e não poderá ser negociadas de nenhum modo, nem dada em garantia fora da Cooperativa, e todo o seu movimento subscrição, - realização, transferência e restituição poderá ser resumidamente escriturada no Livro de Matrícula e pormenorizada em fichas cronológica na Contabilidade.

§ 3º - Um número variável de quotas partes de acordo com a época de subscrição se junta para formar o valor de 1 KVA de carga.

§ 4º - Os KVAs, integralizados ou não, poderão ser transferidos entre associados, mediante aprovação do Conselho de Administração, ratificados por Assembléia Geral na prestação de contas, podendo na ocasião ser cobrada uma Taxa de Transferência.

§ 5º - Cada associado deverá subscrever um número de quotas partes - proporcional a sua carga, não podendo este número ser inferior ao correspondente valor de 3,5 KVA.

§ 6º - Os núcleos Habitacionais Rurais, poderão em forma de Condominio e Pessoa Jurídica, serem admitidos como um único cooperado, para efeito do parágrafo anterior, se for do interesse da Cooperativa.

§ 7º - O associado integralizará as suas quotas partes de uma só vez à vista, ou em prestações mensais por um prazo nunca superior ao do Financiamento para a Construção da Rêde, Linha, Ramais ou Acessórios com um mínimo de 20% no ato de sua admissão; e o restante em prestações mensais e consecutivas, cuja amorti-

ração, por parte do cooperado será rigorosamente cobrada e exigida, concomitantemente com o pagamento amortizador que a Cooperativa fizer ao Órgão Financiador, podendo ainda fazer dação em pagamento de materiais, tècnicamente comprovados e de interesse econômico reigorosamente avaliados.

§ 8º - Em caso de necessidade comprovada, os prazos e porcentagens estipulados no parágrafo anterior, poderão ser modificados à critério do Conselho de Administração referendado por Assembléia Geral.

§ 9º - A subscrição do capital pelos novos associados será feita tendo em vista o valor estabelecido para os investimentos decorrentes de sua admissão, calculada uma parcela que corresponda à participação do cooperado nas obras e investimentos já implantados e existentes à época de seu ingresso.

§ 10º - Sempre que houver necessidade de investimentos complementares para atender ao aumento de consumo - constatado pela Cooperativa ou solicitado pelo associado - será calculado o correspondente número de quotas de capital a que o associado fica automàticamente obrigado a integralizar.

§ 11º - Na eventualidade da subscrição do capital vir a ser integralizada na forma prevista no § 8º, e também, sempre que ocorrer a hipótese do § 9º, para o pagamento das prestações mensais da integralização, inclusive juros, o cooperado deverá mediante Contrato, emitir promissórias, obrigatoriamente em favor da Cooperativa, com vencimentos mensais e de cada valor das prestações correspondentes, títulos esses negocíaveis sòmente com autorização da Assembléia Geral.

§ 12º - Se o cooperado não resgatar, nos respectivos vencimentos, os títulos de sua responsabilidade, a Sociedade deverá promover a cobrança correspondente, pelas vias extra-judiciais, ou judiciais caso em que serão levados a débito do mesmo, todas as despesas que a oobrança ocasionar, inclusive os juros de mora.

Art. 19º - Do respectivo capital a ser devolvido ao associado, por ocasião de sua retirada da Sociedade, ficará retido o total ou a parte que é de sua responsabilidade pela participação nas dívidas da Cooperativa, a que se comprometeu solidariamente, até a aprovação das contas do exercício em que se deu a retirada.

§ Único - A responsabilidade do associado pela participação referida - no Artigo, bem como as obrigações que contraiu com a Sociedade, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano - da comunicação ao Conselho Administrativo da Cooperativa e - da abertura da sucessão.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
09/22
Número
Rubrica

Art. 20º - O pagamento das sobras será sempre feito a partir da aprovação pela Assembléia Geral, do Balanço do ano em que se originaram.

§ Único - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número, ou de forma tal que a devolução do capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, - poderá esta efetuá-la em prazo idêntico ao de sua realização, com as restrições constantes do Artigo 16, deste Estatuto.

CAPITULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 21º - A Assembléia Geral dos associados, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo - poderes, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações obrigam também ausentes e discordantes.

Art. 22º - A Assembléia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, após deliberações do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Art. 23º - Em qualquer das hipóteses referidas no Artigo anterior, as - Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira e de 1 (uma) hora para a segunda e 1 (uma) hora para a terceira.

§ Único - As 3 (três) convocações poderão ser feitas num único Edital, desde que nele constem, expressamente, os prazos para cada - uma delas.

Art. 24º - Não havendo "quorum" para instalação da Assembléia convocada nos têrmos do Artigo anterior, será feita nova série de 3 - (três) convocações, cada uma delas com antecedência mínima - de 10 (dez) dias, em Editais distintos.

§ Único - Se ainda não houver "Quorum", será admitida a intenção de - dissolver a Sociedade, fato que será comunicado às autoridades do cooperativismo.

Art. 25º - Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais deverão conter:

1) A denominação da Cooperativa, seguida pela expressão:"Convocação de Assembléia Geral", Ordinária ou Extraordinária;
2) O dia e a hora da Reunião em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da Séde Social.
3) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
4) O número de associados existentes na data da expedição, para efeito de cálculo do quorum de instalação;
5) A assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso de a convocação ser feita por associados o Edital será assinado no mínimo pelos 5 (cinco) primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis das principais dependências da Cooperativa, publicados através de jornais de grande circulação local e comunicados por circulares aos associados ou anúncios nas Rádios da Região.

Art. 26º - O "quorum" mínimo para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

1) dois terços dos associados, em condições de votar, na primeira convocação;
2) metade mais um, na segunda;
3) mínima de dez, na terceira.

§ Único - O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos constantes no Livro de Presença.

Art. 27º - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa, sendo por aquele convidados a participarem da mesa os ocupantes de cargos sociais presentes.

§ 1º - Na ausência do Secretário da Cooperativa e de seu substituto, o Presidente convidará outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva Ata.

§ 2º - Nas Assembléias Gerais que não forem convocadas pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariadas por outro convidado pelo primeiro, compondo a mesa os principais interessados na convocação.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
Rubrica
Número 10.222

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
11/82
Número Rubrica

Art. 28º - Os ocupantes de cargos sociais bem como os associados, não poderão votar nas decisões sôbre assuntos a que eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficam privados de tomar parte nos debates a elas referentes.

Art. 29º - Nas Assembléias Gerais que forem discutidos Balanços e Contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do Parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o Plenário a indicar um associado para dirigir os debates e votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente, Diretores e Fiscais deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

§ 2º - O Presidente indicado escolherá entre os associados um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo nos trabalhos e coordenar a redação das decisões a serem incluídas na Ata, pelo Secretário da Assembléia.

Art. 30º - As deliberações das Assembléias Gerais sòmente poderão versar sôbre assuntos constantes do Edital de Convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.

§ 1º - Habitualmente a votação será a descoberto (levantando-se os que desaprovam) mas a Assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembléia deverá constar de Ata circunstanciado lavrado em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos pelos Diretores e Fiscais presentes, por uma Comissão de 5 (cinco) associados, designados pela Assembléia e por todos aqueles que o queiram fazer.

§ 3º - As decisões das Assembléias Gerais serão tomadas pelo voto individual dos participantes, tendo cada associado direito a um voto, permitida a representação, na forma dos Artigos 38, 39 e seus parágrafos da Lei 5764 de 16/12/71.

§ 4º - Aos associados que se localizarem por área distante a mais de 50 (cincoenta) quilômetros da Séde, ou no caso de doença comprovada, será permitida a representação por meio de mandatário que tenha a qualidade de associado no gozo de seus di-

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
122
Número
Rubrica

reitos sociais e não exerça cargo eletivo na Sociedade, vedado a cada mandatário dispor de mais que 3 (três) votos, compreendido o seu e de até 5 (cinco) votos, inclusive o seu próprio, quando for mais de 1.000 (hum mil) o número de associados.

§ 5º - Fica impedido de votar e ser votado o associado que seja ou tenha se tornado empregado da Cooperativa, até a data da Assembléia que aprovar as contas do ano social em que tenha deixado as suas funções.

§ 6º - Fica impedido de participar da Assembléia Geral o associado que tenha sido admitido depois da convocação desta.

Art. 31º - A Assembléia Geral Ordinária reune-se obrigatòriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses do ano, cabendo-lhe especialmente:

a) deliberar sôbre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, o Balanço e o Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal;

b) Dar destino às Sobras e repartir as Perdas;

c) Eleger, reeleger ou destituir ocupantes de cargos sociais;

d) Deliberar sôbre os planos de trabalho formulados pelo Conselho de Administração para o ano entrante;

e) Fixar, em níveis módicos e quando for o caso, pró-labore ou verba de representação para o Presidente, bem como o valor das Cédulas de Presença para os membros do Conselho de Administração e Fiscal, pelo comparecimento às respectivas Reuniões.

§ Único - As deliberações da Assembléia Geral Ordinária serão tomadas, pela maioria simples de votos.

Art. 32º - A aprovação do Balanço e contas do Relatório do Conselho de Administração desonera os integrantes deste de responsabilidade para com a Cooperativa, salvo êrro, dolo ou fraude.

Srt. 33º - A Assembléia Geral Extraordinária reune-se sempre que necessário e tem poderes para deliberar sôbre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, desde que constem do Edital de Convocação.

§ 1º - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sôbre os seguintes assuntos:

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
13/22
Número Rubrica

a) Reforma do Estatuto;

b) Fusão, incorporação ou desmembramento;

c) Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante;

d) Contas do liquidante;

e) Mudança de objeto da Sociedade.

§ 2º - São necessários, atendido o que dispõe o Art. 30 §§ 3º e 4º, deste Estatuto, os votos de 2/3 (dois terços) dos associados participantes, para tornar válidas as deliberações de que trata este Artigo.

CAPITULO VI

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 34º - A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de 7 (sete) membros, todos associados com títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dois Conselheiros, correspondentes aos últimos igual número de suplentes, uns e outros eleitos para um mandato de 3(três) anos, - sendo obrigatório a renovação de 3 (três) membros.

§ 1º - São inelegíveis as pessoas a que se refere o Art. 51 da Legislação Cooperativista vigente.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração não poderão ter entre si laços de parentesco até o 2º grau em linha reta ou colateral.

§ 3º - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:-

1) Reune-se ordinàriamente uma vez por mês e extraordinàriamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, na maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

2) Delibera vàlidamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate.

3) As deliberações serão consignadas em Atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no final dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Art. 35º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituido pelo Vice-Presidente.

§ 1º - O Vice Presidente e o Secretário serão substituídos por Conselheiros e estes por quaisquer dos seus suplentes.

§ 2º - Nos impedimentos do Presidente, por período superior a 90 - (noventa) dias ou se ficarem vagos - por qualquer tempo-mais da metade dos cargos dos conselheiros - deverá o Presidente (ou os membros restantes, se a presidência estiver vaga) convocar a Assembléia Geral para preenchimento.

§ 3º - O substituto exercerá o cargo sòmente até o final do mandato do seu antecessor.

§ 4º - Perderá automàticamente o cargo o membro do Conselho que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias concecutivas ou a 6 (seis) durante o ano.

Art. 36º - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites de leis e deste Estatuto - atendidas decisões ou recomendações da Assembléia Geral - planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar os resultados.

§ 1º - No desempenho de suas funções, cabe-lhe entre outras as seguintes atribuições:

a) fixar normas para o fornecimento de energia elétrica aos associados, estabelecendo tarifas, taxas e demais condições necessárias a sua efetivação;

b) estabelecer sansões contra fraudes ou abusos cometidos pelos associados, por ligações clandestinas ou outras infrações das normas do fornecimento de energia elétrica, inclusive estabelecendo os casos de corte ou cessação de - fornecimento;

c) determinar a taxa destinada a cobrir os encargos de serviços administrativos;

d) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

e) estimar prèviamente a rentabilidade das operações e serviços de sua viabilidade;

f) fixar as despesas de adminstração, em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;

g) contratar o gerente - dentro ou fora do quadro social - o contador, e fixar normas para a admissão e demissão dos - demais empregados, sendo vedada a acumulação de quaisquer

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
15622
Número Rubrica

cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, simultaneamente com o de gerente;

h) designar por indicação do gerente, o substituto deste nos seus impedimentos eventuais;

i) Fixar as normas de disciplina funcional;

j) julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares tomadas pelo Gerente;

l) avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores;

m) estabelecer as normas para o funcionamento da Cooperativa;

n) contratar os serviços de Auditoria Externas;

o) indicar o Banco ou Bancos nos quais devam ser feitos os depósitos de numerário que, em Caixa, supere a quantia equivalente a 5 (cinco) vezes o salário mínimo da região;

p) estabelecer as normas de controle das operações e serviços verificando, mensalmente no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativo específicos;

q) deliberar sôbre a admissão, eliminação e exclusão de associados e demissão;

r) fixar anualmente taxas para a constituição de reservas destinadas a cobrir a depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente, bem assim para atender eventuais créditos encobráveis;

s) deliberar sôbre a convocação da Assembléia Geral;

t) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com aprovação expressa da Assembléia Geral;

u) contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

v) cumprir e fazer cumprir à legislação específica referente aos serviços de energia elétrica no país, inclusive quanto à fixação de tarifas;

x) zelar pelo cumprimento das leis do cooperativismo e outras aplicáveis, bem assim pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
Número 16422 Rubrica

O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do Gerente e do Contador, conforme o caso, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente prèviamente projetos sôbre questões específicas.

3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções ou Instruções e constituirão o Regime Interno da Cooperativa.

Art. 37º - Ao Presidente cabem, entre outras, as seguintes atribuições :

a) supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com o Gerente;

b) verificar frequentemente o saldo de Caixa;

c) assinar cheques bancários conjuntamente com o Gerente;

d) assinar conjuntamente com o Secretário, ou outro conselheiro designado pelo Conselho, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

e) convocar e presidir as Reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais dos associados;

f) apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório do ano social, balanços, contas e parecer do Conselho Fiscal, bem como os planos de trabalho formulados pelo Conselho de Administração;

g) representar a Cooperativa em Juizo e fora dele.

§ Único - Enquanto não for contratado o Gerente, os cheques a que se refere o item c deste Artigo, serão assinados conjuntamente com o Secretário.

Art. 38º - Ao Vice-Presidente cabe interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 39º - Ao Secretário cabem, entre outras, as seguintes atribuições :

a) secretariar e lavrar as atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;

b) assinar conjuntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

Art. 40º - O Conselho de Administração providenciará, a constituição de Comitês de Fomento da Eletrificação Rural, composto de 3 (-) (três) ou mais membros.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
Número 77/22 Rubrica

§ 1º - Os Comitês de Fomento da Eletrificação Rural poderão ser integrados por associados ou técnicos e pessoas familiarizadas com o assunto, não associados, mas incluirá sempre um representante, no mínimo, do Conselho de Administração, que atuará como elemento de ligação junto a este e coordenará os trabalhos daquele.

2º - Os membros dos Comitês de Fomento da Eletrificação Rural poderão ser substituidos em qualquer época, mas serão obrigatòriamente confirmados ou substituidos sempre que for substituida mais da metade dos membros do Conselho de Administração.

Art. 41º - Cabem aos Comitês de Fomento da Eletrificação Rural entre outras, as seguintes atribuições:

a) difundir entre os associados os princípios do cooperativismo, sua história e filosofia;

b) esclarecer os associados quanto aos seus direitos e deveres e o funcionamento e administração da Cooperativa.

c) orientar os associados quanto as operações e serviços da Cooperativa e a forma como podem ser praticadas aquelas e utilizadas estes;

d) incumbir-se ou colaborar na promoção das Assembléias Gerais, encarregando-se especialmente dos programas de realizações sociais das mesmas;

e) participar das iniciativas que visem a promover a Cooperativa e o cooperativismo entre os associados;

f) promover o cooperativismo e as idéias de ajuda mútua junto a outras entidades, autoridades e o público em geral, difundindo as realizações, possibilidades e projetos da Cooperativa.

Art. 42º - O Conselho de Administração poderá criar, ainda, Comitês Especiais, permanentes ou não, observados os princípios estabelecidos no Art. 40 e §§, para estudar e planejar a solução de questões específicas.

Art. 43º - Os integrantes do Conselho de Administração e o Gerente não são pessoalmente responsável pelos compromissos que assumirem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuizos resultantes dos seus atos, se procederem dolosamente.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
16/22
Número Rubrica

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO FISCAL

Art. 44º - O Conselho Fiscal é constituido por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) Suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição para o período imediato, de apenas 1/3 (um terço) dos seus integrantes.

§ Único - Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter entre si nem com os membros do Conselho de Administração ou com o Gerente, laços de parentesco até o 2º grau inclusive colateral.

Art. 45º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinàriamente uma vez por mês e extraordinàriamente sempre que necessário, com a participação de 3 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, escolherá entre os seus membros efetivos um coordenador, incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos destas, e um secretário.

§ 2º - As Reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

§ 3º - Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, proibida a representação, e constarão de Ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos em cada Reunião, pelos três fiscais presentes.

Art. 46º - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração convocará a Assembléia Geral para o seu preenchimento.

Art. 47º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sôbre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo lhe entre outras, as seguintes atribuições:

a) conferir, mensalmente o saldo do numerário existente em Caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;

AUTENTICAÇÃO INCRA/
Número 19/22
Rubrica

c) examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;

d) verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas e às conveniências economico-financeiras da Cooperativa;

e) certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;

f) averiguar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados;

g) inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos saõ atendidos com pontualidade;

h) averiguar se existem problemas com empregados;

i) certificar-se se existem exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos do cooperativismo;

j) averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão em boa guarda e se as suas quantidades e valores registrados estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

l) estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o Balanço e o Relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sôbre estes para a Assembléia Geral;

m) informar o Conselho de Administração sôbre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

§ Único - Para os exames e verificações dos Livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento de técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
21/22
Número Rubrica

CAPITULO VIII

DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 48º - O Balanço Geral, incluindo o confronto de receitas e despesas será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

§ 2º - Além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras, revertem em favor do Fundo de Reservas: os créditos não reclamados pelos associados, decorridos 5 (cinco) anos; o produto da taxa cobrada sôbre a transferência de quotas partes; os auxilios e doações sem destinação especial e as rendas eventuais de qualquer natureza, não resultantes de operações com os associados

Art. 49º - Das sobras verificadas em cada setor de atividade serão deduzidas as seguintes taxas:

a) 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;

b) 10% (dez por cento) para o Fundo de Desenvolvimento;

c) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

§ 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste Artigo, serão distribuidas aos associados na proporção das operações que houverem sido realizado com a Cooperativa, após a aprovação do Balanço pela Assembléia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta.

§ 2º - As perdas verificadas, que não tenham cobertura do Fundo de Reserva, serão rateadas entre os associados, após a aprovação do Balanço pela Assembléia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

Art. 50º - O Fundo de Reserva destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer

Art. 51º - O Fundo de Desenvolvimento destina-se a ampliação de setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

Art. 52º - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destina-se a prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, nos têrmos de normas traçadas pelo Conselho de Administração.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
21/22
Número
Rubrica

Art. 53º - Os fundos a que se referem os Artigos 50 e 52 são indivisíveis entre os associados mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que será recolhido ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, juntamente com o saldo remanescente, não comprometido.

Art. 54º - Não tem os associados demitidos, eliminados ou excluidos, qualquer direito sobre os fundos de desenvolvimento ou de Assistência Técnica, Educacional e Social.

CAPITULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55º - Os mandatos dos ocupantes de cartos de administração ou fiscais perduram até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária que corresponda ao ano social em que tais mandatos se findem.

Art. 56º - Os adsociados não impedirão, sob pena de eliminação, que a qualquer tempo, a Cooperativa promova derivações dos ramais instalados para atendimento a outros associados ou a terceiros, nos casos permitidos em lei - reconhecendo expressamente que todas as redes, linhas, ramais ou acessórios são de propriedade da Cooperativa, nos limites da legislação em vigor, até o ponto de entrega de cada um.

Art. 57º - A Cooperativa se dissolverá voluntariamente, salvo se o número minimo de 20 (vinte) associados se dispuser a assegurar sua continuidade quando:

a) tenha sua forma juridica alterada;

b) quando o seu número de associados se reduzir a menos de 20 (vinte) ou o seu Capital Social mínimo se tornar inferior ao estipulado no "caput" do Artigo 18 deste Estatuto, salvo se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

c) pelo cancelamento da Autorização de Funcionamento;

d) pela paralização de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

AUTENTICAÇÃO - INCRA/SP
22/02
Número
Rubrica

§ Único - Quando a dissolução da Sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas neste Artigo, a medida poderá ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do INCRA.

Art. 50º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos assistenciais e de fiscalização da Cooperativa.

Mogi Mirim, 10 de Novembro de 1974

aa) José Bonel Guerreiro
Gerardus Antonius Busink
Pedro Antonio Moreno
Ederaldo Silveira Bueno
Orlando Bueno de Oliveira

José Vicente Lima
Antonio Vomero
Antonio José Peres Marques
Antonio Morari
Benjamim Quintino da Silva
Renato Portioli
Antranik Sakzeniam
Paulo José da Silva
Antonio Missaglia
Valdemar Antunes

O presente Estatuto acha-se transcrito no livro de Atas, e ali as assinaturas foram lançadas do próprio punho

a) José Bonel Guerreiro
- presidente -

22

REGISTRADO SOB Nº 4.981-1-75

29 JUL 1975

A coordenadoria regional do INCRA-MA, no Estado de São Paulo declara a quem interessar possa que o documento, cujas folhas foram rubricadas, é cópia autêntica aprovado no Incra e arquivado no Gruco p/SP.

São Paulo, 22 de Maio de 1975

MOACYR RODRIGUES BARBOSA
Coordenador Regional

JOSÉ CARLOS FALMA
Chefe da Divisão Técnica
Coordenadoria Regional de S. Paulo

Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Presidente Prudente Ltda. "CERPRU"

18 6 de 19 75

Maria H. M. Nogueira — Henrique Aldrighi

Chefe da S.P.I.

OF GP Nr. 286/94

Ubatuba, 07 de junho de 1994.

Nobre Sr,

A caráter excepcional, de ordem do Sr. Prefeito Municipal Paulo Ramos de Oliveira, pleiteamos o solidário apoio a causa aqui relevada, com manifestos de Vossa preciosa pessoa, junto a outras autoridades e órgãos competentes, em razão do Projeto de lei 962 de 1993, que fundamenta-se no Artigo 196 da Constituição Estadual, e reza:

"A Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira, o Complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia, os Vales do Rio Paraíba, Ribeira, Tietê e Paranapanema e as unidades de conservação do Estado, são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização faz-se-á na forma da lei dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente".

Deduz-se então, que praticamente todos os municípios do Estado de São Paulo estão inclusos nessa normativa.

Considerando que o referido projeto abre um sério precedente de interferência que, se hoje afeta apenas os municípios costeiros, breve se expandirá aos demais do interior que compõem a unidade federativa, manifestamos aos companheiros de todo o Estado, nossas preocupações já transmitidas ao Exmo. Governador Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, bem como ao Exmo. Sr. Vitor Sapienza, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, onde tramita o Projeto de lei 962.

No citado documento, que dirigimos as notórias autoridades, nos referimos ao evidente confrontamento deste projeto com os incisos I e VIII do Artigo 30 da Constituição Federal, que determina competir aos municípios:

a) - legislar sobre assuntos de interesse local
b) - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação, do solo urbano.

de uma resposta favorável faz-se apelo

PROTOCOLO
No de Ordem 977
Fls No 33 Livro No 01
Data 02/08/94
SECRETÁRIA

Adiante, observamos igual confrontamento ao Artigo 191 do Capítulo IV da Constituição Estadual, que determina:

"O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e de trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico".

Relevamos então, que tal plano de gerenciamento costeiro posta-se também contrário a orientação do ex-Ministro do Meio Ambiente, Rubens Ricúpero, que defende a urgente necessidade de se promover no país, uma descentralização da política ambiental.

Por todas as razões acima expostas, convidamos V. Excia. a colaborar com os companheiros dos municípios litorâneos, no sentido de se manifestar junto a seus representantes na Assembléia pela retirada do referido Projeto, para que prévia e democraticamente seja discutido a real valia de seus propósitos, com as lideranças dos inúmeros municípios da região envolvida, que conforme exposto no início, compreendem quase a totalidade do Estado.

Na mais consignante certeza, do douto apreço de V. Excia. ao assunto em epígrafe; externamos saudares de lauta e colenda postura.

PROF EUNÁPIO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor Chefe

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 05 / 94
PRESIDENTE

Arquivo da Assessoria de Gabinete.

Jornal de Unhatinha
ANO IX | Notícias do Litoral e Vale do Paraíba, 16 a 23/11/93 | CR$ 50,00 | N.o 507

A propósito de planejamento



«Planejar é antes de tudo buscar medidas de ajuste ao campo do desempenho sócio-econômico, admitindo possibilidades de falhas e acertos».

Nenhuma sociedade moderna, que tenha alguma visão de planejamento, pode crer que somente regras editadas, bastem para orientar suas diretrizes sócio-econômicas.

Mais que nunca, o cidadão tem que conscientizar-se que ele não é um robô de normas, mas sim um ser pensante que por obrigação deve repensar as necessidades que norteiam uma existência comunitária.

Evidente é, que muitos usaram o papel antes da prática, mas a grande verdade é que antes... muito antes do papel, a prática já estava em evidência.

Seria como parafrasear o popularesco ditado e questionar.

— «Quem foi usado antes, o raciocínio ou o gráfico?» Parece que cá, não há dúvida alguma que foi o primeiro, no seu mais amplo sentido. Se o homem não raciocinasse antes, não teria evoluído até o gráfico, e assim sendo o segundo não existiria. Óbvio que sumamente importante é o planejamento, mas é bom repensar-se que é ele apenas a proposta a ser aplicada e não infalível ou imutável. Portanto, é melhor repensar o gráfico, corrigir seus erros, que persistir num método, que não levaria a lugar algum, pois se de um lado se propicia excesso de pesos e medidas, doutro lado, alguém será massacrado. É então preciso rever-se as atitudes, e simplesmente

PREF. MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA
Estado de São Paulo
Prof. Luiz Raimundo de Oliveira
Assessor Chefe
25/11/93

Jornal de UBATUBA - Nº 507 - ANO IX
Notícias do Litoral e Vale do Paraíba, 16 a 23/11/93

A propósito de planejamento

(Conclusão da 1.a página)

não achar que só porque se escreveu assim, tem que ser lido assim, impor-se assim.

Há pessoas que escrevem sobre outras que nunca viram, sobre terras que nunca pisaram, sobre frutas que nunca comeram, sobre privações que nunca sentiram... e assim por diante.

Pior ainda, são aqueles que quando lêem ou ouvem, repassam a situação se apegando a ela com fanatismo. Antes de se redigir algo sobre determinada situação é preciso ao menos que o autor tenha encarado por algum momento na sua existência, o assunto a que se refere; somente assim o planejar poderá oferecer resposta positiva aos intuitos propostos; no entanto é bom lembrar que nem tudo que se é editado como plano, traduz o caminho exato para atingir-se o objetivo; mais cauteloso, é o que percebe que dado momento, se o que foi planejado não coadunou-se de forma conveniente aos intuitos almejados; para, repensa, associa, subtrai o supérfluo, acerscenta o preciso e busca o ideal desejado; assim sendo a chance de acertos será bem maior, e os beneficiados seremos nós, no todo social.

Professor Eunápio Ramos, é Assessor Chefe da Prefeitura.

Arquivo da Assessoria de Gabinete

PREF. MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA
Estado de São Paulo
Prof.o Eunápio Ramos de Oliveira
Assessor Chefe
25/11/93

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

ECT

X

PMU

Exmº Sr.
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambua
Alameda Maurício de Nassau, S/N
Holanda SP
13825-000

SEED
04 0794
UBATUBA-SP

São Paulo, 07 de julho, de 1994.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO : COTAS DO MÊS

A DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO - DRTN/SP, informa as estimativas para as cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, no mês de julho de 1994.

Os valores das cotas apresentarão a seguinte variação nominal em julho de 1994 (percentuais em relação ao valor creditado em 30.06.94, convertido em real) (valor dividido por 2.750) :

1a. cota (dia 11/07/94) mais 93%
2a. cota (dia 20/07/94) mais 78%
3a. cota (dia 29/07/94) mais 25%

LIDO EM SESSÃO
DE
03/08/1994
PRESIDENTE

Atenciosamente,

ADRIANO BIAVA
Assessoria - DRTN/SP

PROTOCOLO
No de Ordem 976
Fls No 33 Livro No 01
Data 02/08/94
SECRETÁRIA

Dalva: Urgente. Expedir. Prof. e E. Municípios 7/7/94

MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE FAC-SIMILE

DESTINATÁRIO : DR. WILSON JOSÉ

ORGÃO : PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Nº TELECOPIADORA : 284-1667

REMETENTE : ADRIANO BIAVA

ÓRGÃO : DRTN/SP

Nº TELECOPIADORA : (011) 227-7021

TIPO DOCUMENTO ENVIADO : COTAS FPM

TOTAL DE PAGINAS INCLUINDO ESTA FICHA : 02

CASO NAO TENHA RECEBIDO TODAS AS PAGINAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O REMETENTE. Fone : 227-8834

Li na sessão Arquivo.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS
Avenida Paulista nº 1.776 - 6º andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Fones: (011) 283-0740/284-1067/289-7635/289-8304 - Fax: (011) 284-1667

Matéria para a Imprensa 024/94
17/06/94

115 Municípios ficarão mais ricos em 1995

A constituição Estadual de 5 de Outubro de 1989, em seu artigo 200 diz que o Poder Público Estadual, criará mediante lei, mecanismos de compensação financeira aos Municípios que tiveram espaços restringidos pelo Estado, considerados áreas ambientais.

Para reparar essa perda, o Governador Fleury encaminhou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 961/93, visando resguardar os valores das receitas dos 115 Municípios abrangidos por aquele dispositivo constitucional e, assim, considerados como, Estações Ecológicas, Reservas Biólogicas, Parques Industriais, Zonas de Vida Silvestre em Áreas de Proteção, Reservas Florestais e Áreas Tombadas.

Entre esses Municípios estão por exemplo, Andradina, Cubatão, Guarulhos, Iguape, Ribeirão Preto,São Paulo, Santos, São Vicente.

Para acompanhar a tramitação na Assembléia, da mensagem do Governador Fleury criou-se a Comissão Permanente do Meio Ambiente, que tem como Coordenador o prefeito de Iporanga, Jamil Adib Antonio, e presidência do jornalista Wilson José , e mais 30 membros (a maioria do Vale do Ribeira) região mais atingida pela restrição das áreas. Esta comissão já esteve na Assembléia Legislativa, atuando junto aos deputados para agilizar o andamento da proposição governamental.

Dia 14 último, a Comissão manteve outro contato com os deputados Edinho Araujo, da Comissão de Justiça e relator especial da matéria, deputado Lobbe Neto, da Comissão de Meio Ambiente e o deputado Nabi Abi Cheddi, da Comissão de Finanças, obtendo deste, a promessa de parecer favorável à emenda proposta pelo deputado Ricardo Tripoli, que manda consignar 0,2 (dois décimos) da cota-parte do ICMS para ser distribuída aos Municípios atingidos, como forma compensatória.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Avenida Paulista nº 1.776 - 6º andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Fones: (011) 283-0740/284-1067/289-7635/289-8304 - Fax: (011) 284-1667

O presidente da Associação Paulista de Municípios e da Comissão Permanente do Meio Ambiente, jornalista Wilson José, está solicitando aos prefeitos e vereadores das 115 localidades alcançadas pela medida, que se manifestem junto aos deputados de suas respectivas regiões, pedindo-lhes que se interessem na colocação urgente desse projeto na "Ordem do Dia" , pois assim, aquela verba poderá fazer parte do Orçamento do Estado já para o ano de 1995.

Para Wilson José, essa compensação financeira prevista pela Constituição Estadual, e que o Governador Fleury, agora, procura regulamentar baseado em estudos elaborados no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, vem ao encontro aos interesses dos Municípios que tiveram suas áreas restringidas pelo Estado e, como consequência, redução de sua capacidade produtiva, sofrendo perdas de receita.

"O que se espera - diz por sua vez o prefeito de Iporanga, Jamil Adib, - é que a Assembléia Legislativa promova o andamento do projeto rapidamente, para que se alcancem os seus objetivos". Ou seja, que se compensem como de justiça os Municípios que tiveram suas áreas atingidas pela preservação de espaços protegidos pelo Estado.

OBS:
Companheiro, peço que divulgue essa matéria o máximo possível na Imprensa local e regional.
O seu Município está entre os 115.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE - COMPERAM -

WILSON JOSÉ - Presidente - Ex-Vereador de Avaré

JAMIL ADIB ANTONIO - Coordenador - Prefeito Municipal de Iporanga

DALVA CHRISTOFOLETTI PAES DA SILVA - Secretária Executiva

MEMBROS

MARIO TOMAZELLO FILHO - Vereador em Piracicaba

JOSÉ ARAÍ - Vereador em Eldorado

OZIAS ALVES PEREIRA - Presidente da Câmara de Iguape

DONIZETE ANTONIO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Eldorado

ARALDO TODESCO - Vereador em Tapiraí

MAYR DE SOUZA - Sec. de Planejamento da Prefeitura de Suzano

LUIZ ANTONIO DIAS BATISTA - Prefeito Municipal de Ribeira

JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI - Prefeito Municipal de Bertioga

MARIA SEBASTIANA DE OLIVEIRA PAIVA - Prefeita Municipal de Cananéia

JOSÉ OSWALDO PASSARELLI - Prefeito Municipal de Cubatão

MÁRCIA NERATHI - Sec. do Planejamento e Meio Ambiente da Pref. de Ubatuba

ALTINO ROSSI DE ALMEIDA - Vereador em Osasco

MARCOS ANTONIO NOGUEIRA MUCCI - Vereador em Piedade

Observação: No momento o **COMPERAM** está empenhado na aprovação do Projeto de Lei nº 961, de 1993 que cria mecanismos de compensação financeira para municípios que sofrerem restrições por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado.



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Avenida Paulista nº 1.776 - 6º andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Fones: (011) 283-0740/284-1067/289-7635/289-8304 - Fax: (011) 284-1667

Relação de Municípios que sofreram restrições por força de instituição de espaço territorial, protegidos pelo Estado, e que terão compensação financeira de acordo com o Projeto de Lei 961/93 do Governo do Estado, conforme determina o mandamento escrito no Artigo 200 da Constituição Paulista.

Municípios	Área (ha)	Partic. %	Municípios	Área (ha)	Partic.%
Águas da Prata	38.02	0,1203	Mairiporã	3162.32	0,6185
Águas de Santa Bárbara	4371.97	0,4797	Miracatu	33026.00	3,0098
Alvilândia	108.95	0,1083	Mogi das Cruzes	89.47	0,4005
Amparo	2458.51	0,6124	Mogi Guaçu	1449.71	0,3075
Analândia	680.40	0,1929	Mongagua	4800.00	1,1125
Andradina	168.00	0,1628	Monte Alegre do Sul	808.30	0,3873
Angatuba	1394.15	0,3047	Morungaba	454.01	0,2667
Apiai	4180.00	0,4719	Natividade da Serra	13568.00	1,3782
Atibaia	50.92	0,2122	Nazaré Paulista	2780.31	0,6478
Bananal	884.00	0,3978	Paraibuna	5712.00	0,7122
Barra do Turvo	58618.40	5,1134	Paulo de Faria	435.73	0,1698
Bauru	287.98	0,3012	Pedra Bela	826.00	0,3889
Biritiba Mirim	5760.00	0,7877	Pedreira	698.25	0,3845
Bragança Paulista	4447.52	0,8739	Pedro de Toledo	30822.50	3,0972
Cabreuva	1305.00	0,4721	Peruibe	16383.03	2,0789
Caieiras	903.52	0,3435	Piedade	0.38	0,3667
Cajamar	670.00	0,3685	Pindorama	537.60	0,191
Campinas	369.49	0,5076	Pinhalzinho	935.41	0,441
Campos do Jordão	7882.85	1,3689	Piracaia	2735.52	0,5531
Cananeia	38537.50	3,4584	Piracicaba	76.40	0,2818
Capão Bonito	16215.57	1,5778	Porto Ferreira	492.44	0,1866
Caraguatatuba	15640.00	2,0948	Praia Grande	6440.00	1,2893
Corumbataí	1052.70	0,2802	Ribeirão Preto	154.26	0,3328
Cotia	8560.00	0,3821	Rio Claro	1752.30	0,4842
Cubatão	5120.00	1,3198	Salezópolis	6624.00	0,9243
Cunha	5356.00	0,7657	Santa Rita do Passa Quatro	1187.20	0,2733
Eldorado	51254.50	4,1865	Santo André	1609.77	0,759
Franco da Rocha	361.41	0.2600	Santo Antonio da Posse	197.06	0,1889
Galia	2069.89	0,3452	Santos	23200.00	2,565
Guarulhos	90.35	0,7464	São Bernardo do Campo	7656.00	1,6995
Ibitinga	3245.00	0,7674	São Carlos	75.26	0,1985
Ibiuna	20120.00	0,7646	São Luiz do Paraitinga	11216.00	1,1894
Iguape	69599.77	6,0712	São Miguel Arcanjo	2985.60	0,5048
Ilha Bela	21620.00	2,7408	São Paulo	14149.61	2,2668
Iporanga	42459.60	3,7196	São Sebastião	22880.00	2,5929
Itabera	180.00	0,3501	São Simão	113.05	0,1537
Itanhaem	15820.00	1,8554	São Vicente	4192.00	0,9575
Itapeva	106.77	0,4961	Serra Negra	18.60	0,13
Itariri	9150.00	1,3604	Sertãozinho	720.00	0,1839
Itirapina	2300.00	0,3634	Sete Barras	28899.49	2,7813
Jacupiranga	20569.60	2,0888	Silveiras	2135.00	0,563
Jaguariuna	463.98	0,2513	Socorro	151.98	0,1816
Joanopolis	3520.00	0,7302	Tapiraí	19000.00	1,88
Jundiai	2160.00	0,7596	Teodoro Sampaio	27552.86	2,182
Juquia	17115.00	1,8409	Tietê	2255.00	0,5798
Juquitiba	9665.25	1,1243	Ubatuba	36704.00	3,4518
Luis Antonio	4532.18	0,5204	Valinhos	16.94	0,285

ADMINISTRAÇÃO

Projeto beneficia cidades com áreas protegidas

Proposta do governo que tramita na Assembléia Legislativa prevê destinação de 0,2% da cota do ICMS do Estado a municípios que tenham em seus territórios faixas de proteção ambiental

JOSÉ RODRIGUES

SANTOS — Os 115 municípios paulistas que têm áreas de proteção ambiental em seu território deverão receber compensação financeira a partir de 1995, já que essa terra não pode ser utilizada para atividades econômicas. Projeto nesse sentido foi encaminhado à Assembléia Legislativa pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho e regulamenta o Artigo 200 da Constituição Estadual. Segundo cálculos feitos pelos municipalistas, essa nova receita deverá atingir US$ 1,3 milhão por mês, caso a alíquota proposta pelo deputado Ricardo Trípoli seja aprovada. Ele quer que o Estado destine 0,2% da cota-parte do seu Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a essas prefeituras.

As regiões mais beneficiadas são o Vale do Ribeira e o Litoral, que possuem grandes áreas abrangidas por estações ecológicas, reservas biológicas, parques estaduais e áreas de proteção ambiental. Com base nos territórios cujo uso foi restringido pela criação dos espaços protegidos pelo Estado de cada município, que totalizam 823.144 hectares, o governo preparou uma tabela de índices para as indenizações.

Para o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Wilson José, "essa compensação é mais do que justa, já que as reservas ecológicas tiraram de muitos municípios a oportunidade de se desenvolver". Por isso, a entidade está convocando os prefeitos para pressionar os deputados de sua região e assim conseguir a aprovação ainda este ano, para que as verbas possam chegar a partir de 1995 às prefeituras.

Segundo o presidente da APM, esses municípios já foram beneficiados na mudança dos critérios de distribuição das cotas municipais do ICMS ocorrida no ano passado. "Foi destinada a porcentagem de 0,5% aos municípios que possuem áreas de proteção ambiental em seu território e 0,5% àqueles que tiveram terras alagadas para a construção de usinas hidrelétricas."

Wilson José lembrou que a maioria desses muncípios tem sua atividade econômica ligada à agricultura. Ele citou o caso de Iporanga, que tem 70% de seu território protegido: "Nada pode ser plantado nessas áreas e os municípios vão se empobrecendo cada vez mais."

De acordo com Wilson José, as prefeituras dessas cidades têm pequeno poder tributário. "O IPTU é insignificante e o ISS nem existe na maioria delas", disse.

Expectativa — Para entregar alimentos da merenda escolar em algumas escolas rurais de Iporanga, o veículo da prefeitura percorre até 140 quilômetros, cortando dois outros municípios. Com 1.159 quilômetros quadrados, a cidade tem 70% de seu território protegido pela Estado e, para atingir determinados bairros, é preciso viajar muito, já que as estradas não podem atravessar essas áreas de proteção ecológica. "Nossas professoras são verdadeiras heroínas", disse o prefeito Jamil Adib Antônio.

Com 5 mil habitantes, que deixam pouca contribuição para a prefeitura enfrentar todas as necessidades da população, o município era um dos exemplos de pobreza e da falta de perspectivas.

Por causa dessa situação, o prefeito Jamil Adib Antônio espera ansioso a aprovação da lei que regulamenta as indenizações estaduais. Segundo ele, a situação de seu município já melhorou este ano. "Em 1993, tivemos muito trabalho para administrar as dívidas e foi um ano bem difícil."

Com a mudança do critério de distribuição da cota-parte dos municípios, que entrou em vigor em 1994, o quadro mudou. "Em fevereiro, recebemos CR$ 10 milhões e em março, contando com repasses atrasados, a transferência estadual pulou para CR$ 100 milhões." Em maio, a participação foi de CR$ 120 milhões.

Jamil Adib Antônio acredita que a receita vai dobrar com a compensação determinada pela Constituição Estadual. "Nosso índice deverá ser de 3,72% do bolo formado por esse repasse, o que vai dar em torno de US$ 48 mil mensais, cerca de CR$ 121 milhões." Ele é um dos líderes do movimento dos prefeitos pela aprovação do projeto do governador Fleury e da emenda do deputado Trípoli e acredita que o Vale do Ribeira e o Litoral serão os maiores beneficiados. "Há municípios de outras regiões que ganharão, mas, dentro da receita das prefeituras, os valores não serão tão expressivos como são para as pobres cidades do Vale do Ribeira", disse.

PROJETO VAI BENEFICIAR 115 MUNICÍPIOS

Os maiores — Receber mais US$ 30 mil mensais pode não alterar muito a vida dos paulistanos, mas a Capital será beneficiada com esse valor se o projeto for aprovado com a emenda de Ricardo Trípoli. Entretanto, Iguape e Ilha Comprida devem sofrer grandes mudanças com os US$ 79 mil que vão dividir mensalmente. Além dos municípios do Vale do Ribeira e Litoral, cidades de outras regiões também serão muito beneficiadas. Teodoro Sampaio, que tem 27,5 mil hectares de preservação, deverá receber cerca de US$ 28 mil mensais. São Bernardo do Campo ficará com US$ 22 mil a cada mês.

RECOMPENSA POR ÁREAS PRESERVADAS

Tabela preparada pelo governo de São Paulo faz uma projeção de índice para 1995



MUNICÍPIO (1)	ÁREA ATINGIDA Hectares	ÍNDICE	RECEITA MENSAL (1) (US$)
Iguape *	69.599,77	6,0712	78.925
Barra do Turvo *	58.618,40	5,1134	66.474
Eldorado *	51.254,50	4,1865	54.425
Iporanga *	42.459,60	3,7196	48.354
Cananéia *	38.537,50	3,4584	44.959
Ubatuba	36.704,00	3.4518	44.873
Pedro de Toledo	30.822,50	3,0972	40.263
Miracatu	33.026,00	3,0098	39.127
Sete Barras	28.899,49	2,7813	36.156
Ilhabela	21.620,00	2,7408	35.630

Fonte: G... Paulo
...emboques do ...ado



Patiri na esquina do

Empre buraco

Protesto de Um Patiri começou que seu Escort perdeu a suspe

CLAYTON LEV

CAMPINAS — El volta. Depois de p anos em silêncio, sário Umberto Patiri, qu moso em Campinas por e numerar os buracos n cidade, volta a atacar. com mais ironia. Tro branca da primeira fase relo e azul, numa prov prefeito José Roberto Teixeira (PSDB), que u: de seu partido para obras públicas e pintar

"É uma missão que mais abandonar", diz l desde o início do ano já numerou 119 buracos. quando iniciou o pro 1992, ele demarcou 49 cos. Na primeira fase, o rio se mantinha oculto

AE

ENERGIA

Iluminação pública deve ser isenta de tarifas, para APM

Gasto dos municípios com energia para iluminar ruas é de US$ 100 milhões anuais

JOSÉ RODRIGUES

A Associação Paulista de Municípios (APM) quer que o governo estadual adote a tarifa zero no serviço de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública. Segundo a entidade, as prefeituras paulistas pagam às empresas de energia US$ 100 milhões a cada ano pelo serviço. "As pequenas prefeituras, com reduzida possibilidade de tributação, estão gastando até dois terços de sua receita própria com iluminação pública", disse o presidente da associação, Wilson José. Ele revelou que 35% das prefeituras do Estado estão em débito com as empresas fornecedoras de energia.

O dirigente municipalista entende que "não se ilumina uma cidade apenas para deixá-la mais bonita, mas também para dar mais segurança à população". Como essa área é responsabilidade do Estado, Wilson José defende a idéia de que as prefeituras sejam isentas do pagamento, uma vez que o fornecimento de energia é feito por empresas estaduais.

"É absurdo que dois terços do total arrecadado pelas prefeituras com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sejam comprometidos apenas com a iluminação das ruas, mesmo porque esse montante representa uma parcela muito pequena — cerca de 3% — da receita das empresas de energia", afirmou. A reivindicação de isenção do pagamento do serviço de iluminação pública foi encaminhada ao governador Luiz Antônio Fleury Filho. "Esperamos que ele se sensibilize com o problema e determine a tarifa zero antes de deixar o governo".

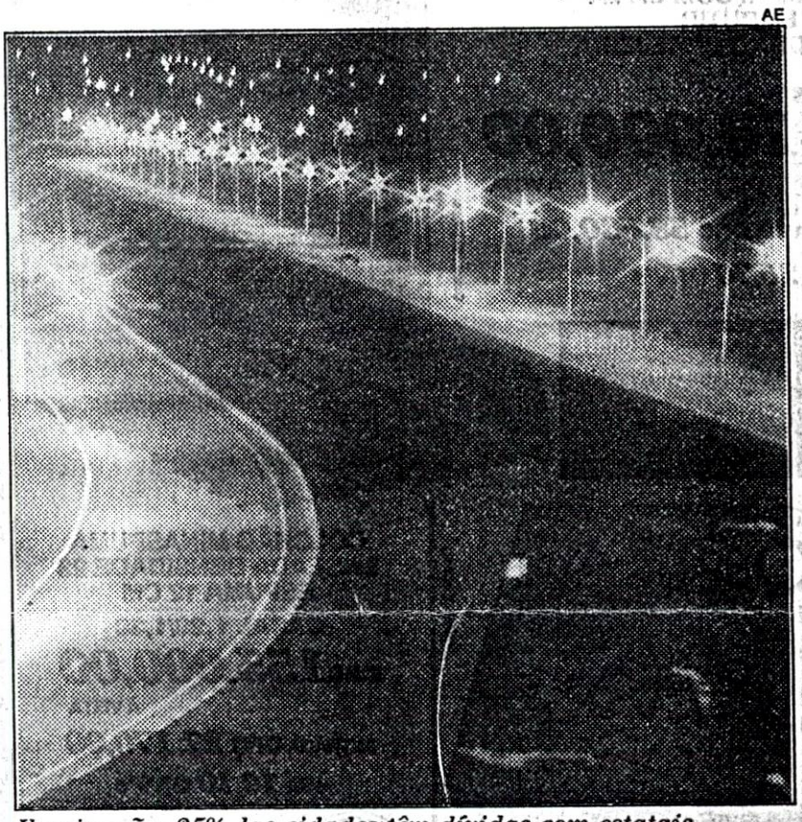
MINISTÉRIO SE MANIFESTA CONTRÁRIO AO PEDIDO

Posição contrária — O Ministério das Minas e Energia, no entanto, já se manifestou contrário à reivindicação. Os técnicos federais consideram que a iluminação pública é um dos serviços de interesse local e de competência municipal. "Cabe às prefeituras pagar pela energia consumida e demais despesas relativas a esse serviço", sentenciou um parecer do Ministério.

Para os técnicos do ministério, "a isenção resultaria na repartição dos custos da iluminação pública entre os demais consumidores, o que implicaria na elevação das tarifas para cobrir o déficit provocado". O aumento nos preços das tarifas, segundo o entendimento do Ministério das Minas e Energia, daria munição aos consumidores para uma avalache de ações na Justiça.

O presidente da APM, Wilson José, informou que essa manifestação causou "grande decepção entre os prefeitos" e que espera que as de energia encontrem soluções técnicas e legais para conceder a isenção.

AE



Iluminação: 35% das cidades têm dívidas com estatais

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Ofício nº 175/94 Holambra, 25 de julho de 1994.

Senhores Vereadores

Através do presente, temos a satisfação de passar às mãos de Vossas Excelências, o Balancete da Receita e despesa desta Casa de Leis, referente ao mês de Junho de 1994.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para manifestar, protestos de elevada estima e consideração.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

CAMARA HOLAMBRA S. P. MUNICIPAL

Ao Plenário
Câmara Municipal de Holambra - SP -

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 08 / 94
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

BALANCETE DA RECEITA REFERENTE O MÊS DE JUNHO DE 1994.

ESPECIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS			PREVISÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL	SALDO
	ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL	INICIAL	VERIFICADO		
SUPRIMENTO							
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO	32.850.000,00	17.500.000,00	50.350.000,00	333.200.000,00	-0-	333.200.000,00	282.850.000,00
DUODÉCIMOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
(-) DEVOLUÇÃO DO SALDO DE DUODÉCIMOS	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
TOTAL DO SUPRIMENTO	32.850.000,00	17.500.000,00	50.350.000,00	333.200.000,00	-0-	333.200.000,00	282.850.000,00
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA							
I.N.S.S.	424.190,37	215.318,83	639.509,20				
I.R.R.F.	84.939,61	25.134,90	110.074,51				
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	2.410.185,78	-0-	2.410.185,78				
RESTOS A PAGAR	130.314,78	-0-	130.314,78				
TOTAL DA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.049.630,54	240.453,73	3.290.084,27				
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR							
EM CAIXA.....			-0-				
EM BANCOS C/ MOVIMENTO.....			-0-				
EM BANCOS C/ ESPECIAL.....			-0-				
TOTAL GERAL			53.640.084,27				

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
Primeiro Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCKAIK
Segundo Secretário

LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Téc.Cont.CRC Nº 1SP148778/0-9

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

BALANCETE DA DESPESA REFERENTE O MÊS DE JUNHO DE 1994.

CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA EMPENHADA			DESPESA PAGA	DOTAÇÃO	ALTERAÇÕS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUAL	SALDO
		ANTERIOR	NO MÊS	TOTAL					
	1 - CÂMARA MUNICIPAL								
	1.1 - LEGISLATIVO								
3111	Pessoal Civil	20.165.113,13	10.092.978,38	30.258.091,51	30.258.091,51	170.000.000,00	-0-	170.000.000,00	139.741.908,49
3113	Obrigações Patronais	1.267.951,23	634.339,48	1.902.290,71	1.902.290,71	26.500.000,00	-0-	26.500.000,00	24.597.709,29
3120	Material de Consumo	1.282.991,14	805.664,24	2.088.655,38	2.088.655,38	25.000.000,00	-0-	25.000.000,00	22.911.344,62
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	2.046.589,47	1.080.838,52	3.127.427,99	3.127.427,99	10.000.000,00	-0-	10.000.000,00	6.872.572,01
3132	Outros Serviços e Encargos	4.570.922,56	3.184.222,46	7.755.145,02	7.755.145,02	34.000.000,00	-0-	34.000.000,00	26.244.854,98
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	-0-	-0-	-0-	-0-	2.000.000,00	-0-	2.000.000,00	2.000.000,00
3253	Sálario Família	-0-	-0-	-0-	-0-	200.000,00	-0-	200.000,00	200.000,00
4120	Equipamentos e Material Permanente	2.507.202,86	-0-	2.507.202,86	2.507.202,86	65.500.000,00	-0-	65.500.000,00	62.992.797,14
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	31.840.770,39	15.798.043,08	47.638.813,47	47.638.813,47	333.200.000,00	-0-	333.200.000,00	285.561.186,53
	DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA								
	I.N.S.S.	424.190,37	215.318,83	639.509,20	639.509,20				
	I.R.R.F.	84.939,61	25.134,90	110.074,51	110.074,51				
	Juros e Títulos de Renda	2.410.185,78	-0-	2.410.185,78	2.410.185,78				
	Restos a Pagar	130.314,78	-0-	130.314,78	130.314,78				
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.049.630,54	240.453,73	3.290.084,27	3.290.084,27				
	SALDO PARA O MÊS SEGUINTE								
	Em Caixa.....				-0-				
	Em Bancos c/ Movimento.....				2.711.186,53				
	Em Bancos c/ Especial.....				-0-				
	T O T A L G E R A L = = =				53.640.084,27				

CAMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADOR ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
Vice-Presidente

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
Primeiro Secretário

VEREADOR GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
Segundo Secretário

LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Téc.Cont.CRC Nº 1SP148778/O-9

MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE FAC-SIMILE

DESTINATÁRIO : ..DR. WILSON JOSÉ .....

ORGÃO : PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS .....

Nº TELECOPIADORA :...284-1667.....

REMETENTE : ADRIANO BIAVA .....

ÓRGÃO : .....DRTN/SP.....

Nº TELECOPIADORA : (011) 227-7021

TIPO DOCUMENTO ENVIADO : ..COTAS FPM.....

TOTAL DE PAGINAS INCLUINDO ESTA FICHA : ...02..

CASO NÃO TENHA RECEBIDO TODAS AS PAGINAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O REMETENTE. Fone : 227-8834

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 08 / 94
PRESIDENTE

[redacted]

01.11.1142 DRTN/GABINETE/SP P.02

São Paulo, 28 de junho de 1994.

Dalva
Urgente expedição
Prefeituras e Câmaras
1/7/94

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO : COTA DO DIA

A DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO - DRTN/SP, INFORMA QUE AS COTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS A SEREM CREDITADAS NO DIA 30.06.94, CORRESPONDENTE À ARRECADAÇÃO DE 11 A 20 DE JUNHO DE 1994, APRESENTARÃO UM AUMENTO DE 31,5% EM RELAÇÃO AOS VALORES CREDITADOS EM 02.05.94.

Ler em Sessão
e arquivo.

ATENCIOSAMENTE,

ADRIANO BIAVA
ASSESSORIA - DRTN/SP

02-08-94

PROTOCOLO
N.o de Ordem 975
Fls. No 33 Livro No 01
Data 02/08/94
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Alumínio

C. G. C. 58.987.652/0001-41

REQUERIMENTO Nº 251/94

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

A imprensa divulgou recentemente que 32 milhões e 800 mil brasileiros vivem na mais absoluta pobreza.

Esse mesmo veículo de comunicação mostrou a toda nação, o caso da empregada doméstica, Leonildes Cruz Soares, que teve de ingerir pedaços de seio humano, encontrados por seu filho num lixo hospitalar na cidade de Recife, para saciar a fome.

Quantos brasileiros, entre crianças abandonadas e pais de famílias que se alimentam de lixo e carne humana para não morrerem de fome?

Enquanto esses seres humanos são tratados pior que animais, toneladas de alimentos continuam estragando nos armazens do governo, alimentos esses que o Governo Federal paga para mantê-los estocados, apodrecendo sem serem utilizados.

Um país, como a República Federativa do Brasil, que muito produz, exportando, inclusive, alimentos de sua produção agrícola, não pode viver uma contradição como essa, de milhões de brasileiros serem assolados pela miséria.

Essa é uma situação sem lógica, e que necessita ser mudada, através de uma decisão firme das autoridades que foram constituídas para servir o seu país e o seu povo.

Isto posto, requeiro á mesa, ouvido o plenário, seja:

I. Oficiado ao Presidente da República, Itamar Franco, solicitando que tome uma medida rigorosa e urgente com a finalidade de amenizar essa situação caótica, e que os alimentos estocados nos armazens governamentais sejam utilizados;

II. Oficiado ao presidente do Congresso Nacional, solicitando que mobilize os congressistas, no sentido de exigir do Governo Federal, uma medida buscando aproveitar os alimentos estocados nos armazens governamentais;

III. Oficiado aos Líderes Partidários no Congresso Nacional, solicitando apoio a essa propositura;

IV. Oficiado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, solicitando que mobilize os deputados estaduais no sentido de exigir do Governo Federal, uma ação concreta que possibilite aproveitar os alimentos estocados nos armazens governamentais;

V. Oficiado aos Líderes Partidários na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, solicitando apoio a essa propositura;

VI. Oficiado a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando apoio a essa nossa propositura.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1994.

GERALDO ATLETA
Vereador

APROVADO 18.05.94

RUA JOSÉ CERIONI Nº 398 - VILA SANTA LUZIA - TEL.: (011) 428-3355 - FAX: (011) 428-3711 - CEP 18125-000 - ALUMÍNIO - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO

José Jorge Módena
VEREADOR

Mogi Mirim, 15 de Junho de 1.994

Venho por meio do presente ofício, levar ao conhecimento do EXMO. SR. vereador do município de Holambra, que o Deputado Federal José Maria Eymael (PPR) manteve para o orçamento deste ano, emenda que beneficiará a cidade de Holambra com a construção de emissário e estação de tratamento de esgoto, através da receita da União.

Sem mais para o momento, aproveito a ocasião para reiterar meus protestos de estima e consideração

Atenciosamente

José Jorge Módena

VEREADOR JOSÉ JORGE MÓDENA

AO
EXMO. SR.
VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT

MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO

DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE FAC-SIMILE

DESTINATÁRIO : ..DR. WILSON JOSÉ .....

ORGÃO : PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS .....

Nº TELECOPIADORA : ...284-1667 .....

REMETENTE : ADRIANO BIAVA .....

ÓRGÃO : .....DRTN/SP .....

Nº TELECOPIADORA : (011) 227-7021

TIPO DOCUMENTO ENVIADO : ..COTAS FPM .....

TOTAL DE PAGINAS INCLUINDO ESTA FICHA : ...02..

CASO NAO TENHA RECEBIDO TODAS AS PAGINAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O REMETENTE. Fone : 227-8834

JUN 17 '94 14:27 DRTN/GABINETE/SP P.02

o Paulo, 17 dejunho de 1994.

OK - José

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO : COTA DO DIA

A DELEGACIA REGIONAL DO TESOURO NACIONAL EM SÃO PAULO - DRTN/SP, INFORMA QUE AS COTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS A SEREM CREDITADAS NO DIA 20.06.94, CORRESPONDENTE À ARRECADAÇÃO DE 01 A 10 DE JUNHO DE 1994, APRESENTARAO UM AUMENTO DE 84,9% EM RELAÇÃO AOS VALORES CREDITADOS EM 02.05.94.

ATENCIOSAMENTE,

ADRIANO BIAVA
ASSESSORIA - DRTN/SP

CÂMARA **MUNICIPAL**

RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Rio Claro, 22 de junho de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Of.circ, 8/94

Autor: VEREADOR SERGIO CARNEVALE REQUERIMENTO Nº 490/94

Assunto: Oficiar ao Presidente da República, solicitando aplacar a cobrança injusta das dividas dos municípios com o Tespuro Nacional e INSS, bem como ao Ministro da Fazenda e da Previdência Social, sobre o infâme bloqueio que está sendo feito com o Fundo de Participação dos Municípios de Rio Claro.

Tem o presente a finalidade de solicitar o apoio dessa Edilidade à proposição acima epigrafada, aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada terça-feira última.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente.

DRA. PATRICIA JEAN SASSAKI
Presidenta

Excelentíssimo senhor
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL

RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO 490/94

CONSIDERANDO que o Ministério da Fazenda determinou através de portaria o bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para todas as Prefeituras em débitos com o INSS ou o Tesouro Nacional;

CONSIDERANDO que essa atitude simplista de hoje passa a régua nos mecanismos de ontem e mais uma vez vem prejudicar o Município, que arca com o ônus para manter os essenciais serviços aos cidadões que pagam impostos a cidade onde mora, mas paga um volume muito maior de tributos aos governos do Estado e Federal;

CONSIDERANDO que de uma hora para outra, sem uma análise da situação de caos econômico que vivem os municípios, vem no caso de Rio Claro, o INSS exigir que a cidade pague valores de dívidas antigas acima da sua própria capacidade financeiras;

CONSIDERANDO que esse mesmo INSS vive pagando com atrasos seus compromissos para com os hospitais conveniados, deixando a ver navios os segurados quanto aos seus direitos de pensões, revisões, etc;

CONSIDERANDO que a insensibilidade do Governo Federal, aliada a criatividade dos economistas é arrancar dinheiro dos munícipes, justo ele que deve muito mais do que tem a receber, pois quando o INSS deixa de pagar os hospitais é o município que tem que usar seus parcos recursos para atender ao munícipe enfermo, mas tudo se resolve com uma penada ou com uma portaria ditatorial e pronto;

CONSIDERANDO que convenhamos bem instalados em gabinetes de luxo com todas as mordomias, os Ministros estão bem longe, quilometros de distância dos problemas enormes e complexos que afligem o povo e que as Prefeituras são obrigadas a enfrentar, visto que a população não tem a quem recorrer e administrar assim a distância é muito cômodo e exigir é preciso para fazer caixa mesmo que se mate "a galinha dos ovos de ouro";

CONSIDERANDO que o Presidente Itamar Franco, que vem se colocando de forma total ao lado da população brasileira enfrentando os poderosos e determinando medidas ousadas e corajosas como a Lei Anti-Truste, não deve estar sabendo desse arrocho que vem sendo praticado pelo Ministério da Fazenda contra as Prefeituras que apesar de tudo ainda continuam inadimplentes;

CONSIDERANDO que é preciso lembrar que ao depois do Regime Militar o País atravessou caminhos tortuosos e até dramáticos, com inúmeros planos econômicos que só serviram para enfraquecer o poder de compra do brasileiro, fomentou a miséria, incentivou o caos total nas Prefeituras que ficaram totalmente esquecidas pelo Tesouro Nacional e pelo Ministro da Fazenda que passaram pelo posto;

CONSIDERANDO que depois de tantos desmandos, demora nos repasses de recursos e convivendo com inflações absurdas, os orçamentos dos Municípios foram totalmente diluídos, superados e massacrados e agora numa atitude que pode ser considerada impatriótica o atual Ministro da Fazenda deseja cobrar;

CONSIDERANDO que cabe uma pergunta muito clara: Quem promoveu a alimentou a inflação nesse anos todos? O Município? Muito mais vítima das medidas e decisões superiores do que réu para ser penalizado com o bloqueio dos poucos recursos repassados pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO que até no trato da dívida externa há os acordos para pagamento, e os tecnocratas do Ministério da Fazenda sabem disso porque então um tratamento diferenciado e totalmente injusto para com as dívidas dos Municípios as maiores vítimas dos desmandos da economia do País;

R E Q U E I R O,

ouvido o plenário que se oficie ao Presidente da República Dr.ITAMAR FRANCO, solicitando seu empenho no sentido de aplacar a cobrança injusta das dívidas dos Municípios com o Tesouro Nacional e INSS, porque nenhum deles tem máquina para fazer dinheiro e vivem da penúria deixada pelas experiências anteriores de mal fadados planos econômicos que implodiram suas finanças;

REQUEIRO, AINDA que seja oficiados os Ministros da Fazenda e da Previdência Social sobre o infame bloqueio que está sendo feito com o Fundo de Participação dos Municípios de Rio Claro, onde se fechou totalmente a porta do diálogo e o tratamento virou ditatorial.

REQUEIRO, AINDA que cópia do presente seja encaminhada a Associação Paulista dos Municípios para que se manifeste a respeito;

CÂMARA MUNICIPAL

RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

REQUEIRO, finalmente que cópia do presente sejam encaminhadas a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando engajamento.

Rio Claro, 17 de junho de 1994

SÉRGIO CARNEVALE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS - APM
FUNDADA EM 1948
Avenida Paulista, 1776 - 6.º Andar - CEP 01310-200 - São Paulo - SP
Telefones: (011) 289-8304 - 289-7635 - FAX: (011) 284-1667



COMPANHEIRO
ANDREAS ADRIANUS A. GRAAT
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL
HOLAMBRA
13825 SP

CONVITE

A **Comissão Organizadora**, **Prefeitura** e **Câmara do Município de Timburi**, convidam V. Sa. e Exma. família, para a **XXVI FESPINGA**, **XIII Festa do Peão Boiadeiro** e **II Feira Agroindustrial (FAIT)**, que se realizarão de 11 a 14 de Agosto de 1994, no Recinto de Festas José Noronha Viana.

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 08 / 94
PRESIDENTE

JOAQUIM TAVARES DE BARROS FILHO - Prefeito Municipal
JOSÉ NORONHA VIANA - Vice-Prefeito
MIGUEL SOLÉ JURADO - Presidente da Câmara

XXVI - FESPINGA
XIII - FESTA DO PEÃO BOIADEIRO
II - FEIRA AGROINDUSTRIAL
DE 11 A 14 DE AGOSTO DE 1994

PROGRAMA

DIA 06 23:00 hs - Baile da Rainha Fespinga
Banda Latitude 7

DIA 10 20:00 hs - Roda de Viola

DIA 11 18:00 hs - Abertura da Festa do Peão
Cavalos e Touros
Apresentação: Rípoli
Locução: Gauchito - Juiz: Helinho
Tropeiros: Dominguinho de Fartura
Felipão - Castelo
Sonorização: Móbile 2000 e Ritz
20:30 hs - Show - Banda Latitude 7
21:00 hs - Show - Lourenço e Lourival
22:00 hs - Show - Miltinho Rodrigues
23:00 hs - Baile Forró - Porto Neves
(Entrada Franca)

DIA 12 18:00 hs - Rodeio de Cavalos e Touros
21:00 hs - Show - Viviane e Giorgia
(Samba e Pagode)
22:00 hs - Show - Jaine
23:00 hs - II Baile da Cachaça
Stalo Country Music

DIA 13 10:00 hs - Hasteamento das Bandeiras
11:00 hs - Apresentação da Banda "Lindolpho Camargo Alves"
12:00 hs - IV Encontro dos Timburienses Ausentes
18:00 hs - Rodeio de Cavalos e Touros
21:00 hs - Show - Mayda e Maisa
22:00 hs - Show - Grupo Querubim (Pagode)
23:00 hs - Baile de Coroação da Rainha
Banda New Balance

DIA 14 10:00 hs - Cavalgada
14:00 hs - Pega do Garrote
Mesa da Amargura - Futbois
16:30 hs - Show de Rock com Banda Dif"s
18:00 hs - Final do Rodeio
20:30 hs - Show - Petty e Billy
21:30 hs - Show - Durval e Davi
22:30 hs - Queima de Fogos
23:00 hs - Baile Forró (Entrada Franca)

Shows Diários : Zéca Diabo
Bailarinas

COMISSÃO ORGANIZADORA: ***EDUARDO NORONHA VIANA***
MANOEL CARDOSO DE PAIVA
FIORAVANTE THOSI NETO

01.08.94

Dar ciencia aos vereadores

REALIZAÇÃO: **COMISSÃO ORGANIZADORA**

PROMOÇÃO: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIMBURI**
CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBURI

APOIO: **SECRETARIA DA AGRICULTURA**
CESP
NOSSA CAIXA-NOSSO BANCO
MACPEL - MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO

COLABORAÇÃO:

GRANJA CAPIXINGUI

AGRICULTURA SUPERINTENSIVA

THOSI

INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

TIMBURI

XXVI - FESPINGA

XIII - FESTA DO PEÃO BOIADEIRO

II - FEIRA AGROINDUSTRIAL

DE 11 A 14 DE AGOSTO DE 1994



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIMBURI



TIMBURI
DH 29 JUL 94

EXMO. SR.
PRESIDENTE E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
HOLAMBRA - SP
CEP 13825-000

RPC

Rua 21 de Abril, n.º 589 — Fone: (0143) 89-1124 — Cep 18.860-000 — São Paulo